**O JOGO DO AMOR EM CARTAS DE JOÃO
ALBASINI:**
representações de gênero na literatura moçambicana
do início do século XX

**THE GAME OF LOVE IN LETTERS OF JOÃO
ALBASINI:**
gender representations in mozambic literature from
the beginning of the 20th century

MARESSA CRISTINA GONÇALVES VASCONCELOS¹

LARISSA DA SILVA LISBOA SOUZA²

Data em que o trabalho foi recebido: **18/03/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **29/05/2024**

¹ Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: maressa.vasconceloss@gmail.com

² Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta na Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: larissa.lisboa@ufla.br

O JOGO DO AMOR EM CARTAS DE JOÃO ALBASINI:

Representações de gênero na literatura moçambicana do início do século

XX

RESUMO

A narrativa que tomamos como matéria de análise deste artigo trata-se do gênero epistolar pertencente à obra “O livro da dor (cartas de amor)”, do jornalista e escritor moçambicano João Albasini (1876-1922), publicada, postumamente, no ano de 1925. Nesse sentido, propõe-se uma discussão a respeito das imagens do feminino representadas na obra à compreensão do lugar da mulher no imaginário da elite moçambicana do início do século XX, período em que Moçambique ainda estava submetido ao domínio colonial português. Dessa forma, à luz da Teoria Feminista e dos Estudos Pós-Coloniais, investiga-se quais arquétipos estão associados ao modo de ser e estar mulher no espaço-tempo em questão.

Palavras-chave: Moçambique. Literatura. Cartas. Representação. Feminino.

THE GAME OF LOVE IN LETTERS OF JOÃO ALBASINI:
gender representations in mozambic literature from the beginning of the
20th century

ABSTRACT

The narrative we are analyzing in this article is of the epistolary genre belonging to the book "O livro da dor (cartas de amor)", by Mozambican journalist and writer João Albasini (1876-1922), published posthumously in 1925. In this sense, we propose a discussion about the images of the feminine represented in the book in order to understand the place of women in the imagination of the Mozambican elite of the early 20th century, period in which Mozambique was still subject to Portuguese colonial rule. Thus, in the light of Feminist Theory and Post-Colonial Studies, we investigate which social archetypes are associated with the way of being a woman in the space-time in question.

Keywords: Mozambique. Literature. Cards. Representation. Feminine.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos das literaturas africanas de língua portuguesa têm se consolidado, grosso modo, por meio da historiografia literária, que permite definir alguns marcos ao entendimento de seu lugar nas culturas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Para a maior parte dos críticos, nessa perspectiva, essas literaturas têm início com a publicação da primeira edição da revista cabo-verdiana *Claridade*, em 1936, a exemplo dos estudos de Pires Laranjeira (1995), Maria Aparecida Santilli (2007) e Maria Nazareth Soares da Fonseca (2008).

O objetivo do presente artigo, contudo, parte do questionamento desses marcos, não na deslegitimação da historiografia como possibilidade pedagógica à compreensão que diferencia os textos africanos da chamada “literatura colonial” (Ferreira, 1997, p. 72), mas como problemática que invisibiliza textos e artistas que não se enquadram categoricamente nesses lugares classificáveis. Larissa Lisboa Souza (2019) argumenta que:

(...) ainda que as periodizações sejam importantes à constituição da história literária, pela possibilidade de um diálogo com a História de um país, além de uma interessante ferramenta ao ensino, suas generalizações escamoteiam as particularidades e controvérsias de cada momento, resultando no silenciamento de alguns textos, para que outros se tornem os protagonistas cronológicos que serão estudados (Souza, 2019, p. 50).

O presente estudo, portanto, centra-se no início do século XX, em Moçambique, em que a literatura era objeto artístico-cultural concentrado nas mãos de uma minoria letrada – uma vez que os arquivos e as bibliotecas nacionais tinham suas coleções muito limitadas (Rocha, 2000, p. 47) – para observar uma das produções literárias do período em diálogo com a imprensa contestatária que se iniciava.

Através do estudo da obra *O livro da dor: cartas de amor*, de João Albasini (1925), pretende-se observar as contradições encontradas nessas primeiras literaturas, pautando-se pela perspectiva do feminino, logo, na análise de como as mulheres são representadas na escrita de autoria masculina neste início do século, e como esses enquadramentos espelham as vivências de uma elite letrada assimilada.

O artigo, portanto, propõe algumas contribuições às reflexões das produções literárias africanas de língua portuguesa das primeiras décadas do século XX como possibilidade de diálogo e confronto com as ideologias protonacionalistas que ali surgiam (Andrade, 1970, p. 16-17).

A imprensa, nos países africanos de língua portuguesa, teve início a partir da instalação do *Boletim Oficial* em 1854; no entanto, é somente em 1908, por meio do trabalho dos irmãos José Albasini e João Albasini, escritores e jornalistas moçambicanos, que se terá o lançamento do primeiro jornal contestatário em Moçambique, intitulado *O Africano* (1908-1920). É interessante observar as considerações de Valdemir Zamparoni (1998) sobre essa classe social e política em formação nesse momento histórico:

Não se trata de uma classe cristalizada, com consciência e um fim determinado a ser atingido, mas de um processo de construção no devir histórico; define-se paulatinamente no enfrentamento das condições coloniais, no qual se insere como uma das forças atuantes. Sua posição nesta estrutura social, se não lhe permite ver a totalidade do sistema de dominação colonial, ao menos possibilita-lhe perceber as práticas mais brutais deste sistema, lutar contra as mesmas e elaborar um projeto social distinto. Longe de ser monolítica, comporta latentes contradições que emergem consoante os distintos níveis e formas com que são atingidos os indivíduos que a compõem, diante dos conflitos sociais vivenciados na situação de colonizados (Zamparoni, 1998, p. 392).

Ao considerar as políticas de assimilação³ nos territórios africanos, aqueles que ocupavam as elites econômicas eram assimilados à cultura portuguesa, no acesso à educação e a algumas oportunidades em cargos administrativos e políticos na colônia. Em contrapartida, essas políticas, além de limitadas a uma pequena parcela da população, serviam como forma de controle e legitimação do poder colonial. Desse modo, entende-se o assimilacionismo como um dispositivo de segregação, ao passo que sua função era de, sobretudo, escamotear e recrudescer a violência do sistema vigente em troca de cargos administrativos aos homens colonizados.

Agostinho Neto (1922 - 1979), ex-presidente de Angola e escritor, descreve o sujeito assimilado desta maneira:

³ O termo “assimilação” é apresentado por Larissa Lisboa Souza (2015) da seguinte forma “(...) missão civilizadora de Portugal nos países africanos era assimilar os sujeitos para que pudessem se integrar às ideologias da metrópole, mas deixando claro que eram *assimilados*, e não portugueses, visto que as medidas integralizadoras ainda carregavam a relação explorador *versus* explorado” (Souza, 2015, p. 54).

(...) um indivíduo que se encontra entre dois mundos. Desenraizado, sem laços que o unam ao seu povo, sem a língua, sem os meios de realizar a sua vida conforme a sente, não se encontra também no mundo europeu, cujos costumes adoptou, cuja língua fala, cujos hábitos pratica, sem que todas essas características culturais sejam de facto sentidas, sem que façam parte do seu eu. Pratica-as muitas vezes com repulsa, é o homem marginal dos antropólogos, tendendo a constituir um agrupamento isolado, culturalmente mestiço, flutuante entre dois povos, entre duas culturas, aos quais não se pode ligar. (Agostinho neto apup Laranjeira, 1959/2000, p. 52).

Quando particularizada a questão de gênero nas políticas coloniais e assimilacionistas, é importante ressaltar as discrepâncias políticas, sociais e econômicas quanto às opressões que, de maneira interseccional, atravessavam essas mulheres, ao considerarmos a variedade de experiências humanas a que foram submetidas. Nesse sentido, faz-se indispensável construir uma análise acerca do feminino que seja capaz de atender à amplitude de realidades que permeiam as vivências dessas mulheres, de modo a não procurar alcançar a(s) sua(s) totalidade(s), uma vez que são múltiplas, e, sim, procurar por espaços onde seja possível o navegar das fissuras e das descontinuidades de cada sujeita, entendendo, pois, que o conceito de identidades, parafraseando Stuart Hall (2003), não implica um estanque identitário justamente por seu eterno devir.

De acordo com Zamparoni (1997), a partir da discussão da teórica Elizabeth Schmidt (1992),

Nesta sociedade de colonos, afirma a autora, dominada pela moral sexual vitoriana, a virginal mulher europeia era colocada no pedestal, enquanto a mulher africana era reputada como tentadora, encarnava instintos “selvagens” como sensualidade e luxúria e se constituiria no objeto secreto dos desejos sexuais dos homens brancos. Nesta perspectiva, as mulheres europeias agiam como guardiãs da civilização e dos privilégios dos brancos e assumiam a responsabilidade primordial de defender a “dignidade” e o “prestígio” do Império, mantendo a necessária distância social entre governantes e governados. (Zamparoni, 1997, p.224).

Já é consenso que a representação do(s) feminino(s) na cena literária, de modo geral, passou por uma trajetória marcada por discursos hegemônicos, fundada em narrativas essencialistas sobre a mulher. É importante pensar nessa questão colocando em evidência a logística sobre a qual o sistema patriarcal opera, porquanto o silenciamento imposto aos corpos femininos ou feminilizados constrói padrões e normas que ditam suas subjetividades e corporeidades no mundo.

Uma grande contribuição para se pensar no conceito de patriarcado resulta das obras da socióloga brasileira Heleieth Saffioti. Os estudos de Saffioti (1987; 1992; 2004)

revelam que o patriarcado, constituindo-se enquanto sistema estruturante da nossa sociedade, não se restringe ao domínio privado, mas se estende ao civil, pois confere aos homens direitos sexuais sobre as mulheres. Assim, a socióloga sustenta que o patriarcado se configura como uma relação hierárquica que permeia todos os âmbitos da sociedade, alicerçado em uma base material pautada pela ideologia da violência (Saffioti, 2004, p. 60).

Patriarcado pode ser entendido, nessa perspectiva, como um sistema com estruturas as quais se modificam ao longo do tempo e que perpassam as relações de raça/etnia e de classe, percorrendo diversas dimensões da vida, tais como o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, o Estado, a sexualidade e as instituições culturais. Dessa forma, entendemos que o patriarcado é histórico, político e cultural, e que, portanto, transforma-se com o tempo.

Nessa direção, ao tomar consciência da perspectiva do patriarcado na sociedade moçambicana da primeira metade do século XX, inserido nas colonialidades, o presente estudo demonstrará como é possível observar, a partir das representações do feminino na obra - *O livro da dor* de João Albasini (1925), as contradições dos homens da elite contestatária moçambicana, visto que, embora sejam protagonistas às ideologias “protonacionalistas” (Andrade, 1997, p. 5) nos textos da imprensa, contraditoriamente ambientam uma série de colonialidades, quando relacionados às perspectivas de gênero.

O SAGRADO E O PROFANO NA CONSTITUIÇÃO COLONIAL: A MULHER PERSONIFICADA NA FIGURA DE MICAELA LOFORTE

João dos Santos Albasini (1876-1922) foi escritor e jornalista; teve seu nascimento na antiga capital de Moçambique, Lourenço Marques, hoje Maputo. Juntamente com seu irmão, José Albasini (1878-1935), também escritor e jornalista, discutem a emergência da criação de uma imprensa que questionasse as mazelas, corrupções e indiligências cometidas pela administração portuguesa na região, como a alta cobrança de impostos e as restrições aos direitos civis.

Ou seja, a finalidade dos jornais era, sobretudo, a reivindicação dos interesses da população marginalizada, iniciando, assim, um discurso contrário às estratégias coloniais daquele período, ainda que não se posicionasse contrário ao sistema (Andrade, 1997, p.

24-25). Assim, a imprensa irá exercer, então, uma “ação constante de luta, denúncia e crítica da ação colonial” (Zamparoni, 1988, p. 79).

Os irmãos Albasini vão fundar, em 1919, o Jornal *O Brado Africano* (1918), considerado o jornal cujo qual os principais escritores de Moçambique começaram a publicar seus textos. De acordo com Ilídio Rocha (2000), esse periódico dirigia-se, diretamente, à população mestiça alfabetizada e aos poucos negros que soubessem ler, além de pessoas brancas que se interessassem por suas informações e polêmicas.

Desse modo, embora a imprensa moçambicana adotasse um viés intervencionista, quando observamos os incômodos dos jornalistas ao realizarem seus protestos locais, podemos entendê-la como uma imprensa “protonacionalista” (Andrade, 1997, p. 16-17), uma vez que não demonstrava ainda recusa à cultura portuguesa e tampouco à colonização. Entretanto, em uma época na qual quase não se questionava, a existência dessa tipografia já poderia ser considerada um avanço progressista. Mário Pinto de Andrade (1997), acerca do protonacionalismo, constata que:

[...] na generalidade, e encarado sob o ângulo unitário, o protonacionalismo abrange o período histórico de emergência de um discurso que se distingue pelo seu triplo carácter fragmentário (no pensamento e na acção), descontínuo (na temporalidade) e ambivalente (no seu posicionamento face ao sistema colonial)” (Andrade, 1997, p. 77).

Ainda na esteira de Mário Pinto de Andrade, evidencia-se a proposição de um discurso inflamado pelos ideais doutrinários portugueses, posto que, para os protonacionalistas, duas demandas seriam essenciais. Primeiro, eles expressam um forte sentimento de pertencimento ao universo africano, manifestando orgulho dessa “conexão” cultural e histórica. Depois, reivindicam o reconhecimento de um estatuto legal, social e político como cidadãos africanos portugueses. Essas duas demandas formam a base central que sustenta todo o discurso protonacionalista (Andrade, 1997, p. 10-11).

Os textos da imprensa, publicados pelos irmãos Albasini, desse modo, poderiam ser inseridos nessa categoria, visto o esforço em visibilizar a condição do trabalhador moçambicano enquanto “conexão” ao universo africano, suas realidades exploratórias, além das reivindicações enquanto cidadãos africanos portugueses inseridos na política de assimilação. Quanto à perspectiva literária, contudo, tratando-se especificamente da produção de João Albasini, é possível percebermos diferenças.

Ainda que Albasini fosse referência no campo jornalístico, haja vista a relevância dos jornais em que fora redator, no campo literário, entretanto, ele não obteve o mesmo prestígio, uma vez que poucas pesquisas tomam *O livro da Dor* como objeto de análise literária. Alguns críticos, como Fátima Mendonça (2010), deslegitimando a obra de um rigor estético, não a categoriza na seriação dos marcos literários; assim, a obra é lembrada apenas enquanto algumas produções do início do século XX e que não têm relevância aos estudos literários. Contudo, o estudo dessa obra, assim como a produção de José Albasini, interessa-nos à compreensão dessas primeiras letras de intelectuais contestatários, na observação, justamente, das contradições do período e em seus discursos de “ambivalências”, nas palavras de Andrade (1997).

O Livro da Dor, publicado postumamente, em 1925, é a única obra artística de João Albasini encontrada. Escrita em 1917, observa-se nela uma abordagem de temas relacionados à vida cotidiana da população sob o domínio colonial; os problemas administrativos impostos por Portugal a Moçambique e a condição dos nativos colonizados.

Quanto à obra, inserida no gênero epistolar, configura-se a partir de um conjunto de cartas de amor dirigidas a uma mulher, nas quais a temática do sofrimento amoroso assume o lugar de conflito principal da narrativa. As cartas são escritas a partir do discurso monológico do narrador, que só se preocupa em consumir a paixão que, há tanto tempo, o incendeia e o agoniza.

No entanto, o sentimentalismo acerca desse amor demonstra-se pouco fiel à realidade, visto que, ao desafiar os limites de sua própria existência, o narrador autodiegético⁴, o qual porventura encontra-se moribundo - em razão de estar acometido pela tuberculose - justifica sua (iminente) morte na fatalidade do afeto desdenhado:

“(…) Hás-de ler, porque estas notas a que chamo de *a noite da minha vida* - endereçadas a ti - sem, todavia, indicar o teu nome para que nem minha Mãe nem os meus filhos saibam, suspeitam sequer quem foi que tam barbaramente me assassinou” (Albasini, 1925, p. 19).

⁴ Segundo Genette (1972), é o narrador que narra em primeira pessoa e é, simultaneamente, o personagem principal.

Ainda, movido pelos impulsos do coração e pela intensa busca por sua realização amorosa, o remetente se empenha arduamente em convencer sua amada de que suas intenções com ela são as melhores possíveis, utilizando-se, para essa finalidade, de uma retórica insistente e persuasiva. Para complementar, nas palavras de Francisco Noa (2014),

João Albasini vai escrever um livro, que será publicado postumamente, que é, do meu ponto de vista, um livro emblemático da emergência da literatura moçambicana, que é *O Livro da Dor*, que surge em 1925. É um livro do gênero epistolar, curiosamente muito ligado ao imaginário do ultrarromantismo europeu que, como sabemos, é o último vestígio do romantismo do século XIX no Ocidente. É um romantismo exacerbado, que está muito presente sintomaticamente na escrita do João Albasini, e essa preocupação também do gênero epistolar, que também esteve muito em voga na estética romântica, mostra muito bem esta ligação entre esses autores, essas elites, com o imaginário do Ocidente (Noa, 2014, p. 2)

Além disso, no que diz respeito ao enredo da narrativa, a obra enuncia, desde a primeira carta, o desalento amoroso sofrido pelo narrador que, ao que tudo indica, trata-se da dor da rejeição sentida pelo próprio João Albasini. Diante dessa face autobiográfica, Albasini revela várias marcas de sua vida íntima ao leitor: seus excessos do passado; seus desejos para com a tal mulher; sua infelicidade em relação ao seu casamento e até mesmo uma forte preocupação com sua integridade pessoal e moral em relação à sociedade.

Logo, ao perceber os sinais da rejeição - a exemplo do silêncio interposto à primeira carta, a única enviada em vida, e ao envio do bilhete escrito em *landim*⁵, momento raro em que a remetente abre uma exceção para respondê-lo de próprio punho, diz: “*tenho-te ódio!*” (Albasini, 1925, p. 30) -, há uma ruptura na postura do narrador quando esse começa a questionar as razões pelas quais sua amada não corresponde aos seus interesses. A partir desse momento, há, então, uma virada no discurso, ora de enaltecimento da pretendente, ora de embrutecimento de sua imagem, por conta da negação sofrida.

Desse modo, sua total devoção ao amor é retorquida com muito ódio e desprezo, dado que suas lamúrias sequer sensibilizam a mulher estimada e, muito embora ele

⁵ Língua materna de Moçambique, mais especificamente do Sul de Maputo, chamada de “ronga” pelos nativos e de “landim” para os portugueses.

recorresse ao plano espiritual em determinados momentos em busca de libertação desse grande sofrimento, nada surtia efeito na sua vida amorosa.

Percebemos, então, que a aparição da personagem a quem as cartas são endereçadas, mostra-se, na narrativa, de uma maneira contraditória e ambígua. Primeiro porque, ao descrevê-la, o narrador apela para uma típica caracterização da mulher, cuja interdição, baseada no olhar masculino, se apresenta de maneira fatal cuja beleza, os valores e os princípios morais são inestimáveis e, até mesmo, em certos momentos, parecem ser inquestionáveis. Ademais, ela é, para ele, aquela tal qual nos padrões (ultra)românticos, irresistível, inalcançável e, certamente, aquela que é a ideal para um homem; afinal, segundo o próprio Albasini (1925), “Eu sentia por ti uma atração fatal, daquelas que levam às soluções violentas” (Albasini, 1925, p. 27), no sentido de, mais uma vez, reforçar uma certa sedução e selvageria inerente à natureza feminina, as quais são indomáveis ao desejo masculino.

Por outro lado, essa mesma personagem, *a priori*, retratada como um ser divinal, *a posteriori*, é descrita como um ser malicioso e cruel: “És mulher e mulher má. Brincaste apenas comigo” (Albasini, 1925, p. 40), demonstrando uma visão sádica e oscilante, da perspectiva do narrador, a respeito do caráter feminino, como se ser mulher estivesse diretamente ligado ao prazer pela feitura da maldade. Para complementar, a socióloga Silvia Alexim Nunes (2000) tece uma importante análise crítica relacionada ao masoquismo e ao sadismo, haja vista a premissa de que esses fenômenos estariam, mediante tal jogo patologizador, na essência da natureza feminina, isto é, o prazer pela dor e pela subordinação, bem como por causar o sofrimento masculino.

A produção discursiva dessas contradições narrativas constrói, então, uma dupla imagem do feminino projetada na figura de Micaela Loforte. Micaela é nomeada aqui, mas seu nome não é revelado nas cartas de maneira explícita; apenas a sua inicial “M...” é mencionada algumas vezes. Para compreender melhor a história de Micaela, Elídio Nhamona (2016) afirma:

Os poucos dados que temos desta moça nos dizem que ela pertencia a família Loforte. Seu avô, João Augusto Pereira Loforte (conhecido entre os nativos por Nyafokwe), nasceu na Vila Alma em 1820. Foi nomeado feitor da fazenda nacional na vila Inhambane em 16 de outubro de 1847 e exonerado em 3 de setembro de 1857, pois um ano antes tinha pedido que fosse nomeado diretor da alfândega de Inhambane. Em 1877 foi nomeado presidente da câmara municipal de Inhambane,

cargo que desempenhou até a sua morte em 1882. (...) Foi casado com Delfina de Souza Teixeira (1831-1872), e um dos seus filhos, Jóse Loforte foi pai de Pedro Loforte e Micaela Loforte. (Nhamona, 2016, p. 31).

Assim, é interessante observar como a ambiguidade de representações, produzidas pelo autor, evoca uma memória discursiva relativizadora e, biologicamente, gentrificada das subjetividades do constructo “mulher”. Conforme Judith Butler (2003) afirma, gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A partir dessa conceituação, é possível perceber como a retratação da ambígua personalidade da destinatária recrudescer um imaginário de feminilidade imposto por uma estrutura de poder que opera por meio da coerção e da regulamentação de corpos e de identidades, reforçando assim uma concepção binária e hierárquica de gênero.

Ao analisar a epígrafe da obra, nos é apresentado um trecho no qual se faz referência ao livro *Palavras Cínicas* (1905), do escritor Albino de Forjaz Sampaio, revelando, desde já, o profundo sofrimento amoroso sofrido pelo remetente: “Amei-te rude e loucamente, com fé, com ardor. Fui desamado sempre, desmerecido, pisado”. Desse modo, publicadas em 1905, as oito cartas de Sampaio provocaram escândalos e aplausos em Portugal, porque, por meio de frases de impacto, expressou o seu desalento perante uma moral cristã falha, cujas consequências foram a inversão de valores e a hipocrisia que impregnava a sociedade portuguesa de então (Nhamona, 2016, p. 62). A partir da leitura dessa epígrafe, fica evidente a influência de Sampaio para a escrita epistolográfica de Albasini, uma vez que, em ambos, existe uma entrega ao amor que é respondida com repúdio e vexação por parte da destinatária.

No que se refere à dualidade entreposta entre ele, “homem lial e sincero que sempre fui” (Albasini, 1925, p. 2), além de, acrescento, jornalista elegante, intelectual, e, de outro lado, ela: “solteira, inteligente, ilustrada, alegre e boa rapariga (Albasini, 1925 p. 35)”; “uma doente, predestinada, necessitada de um “disvêlo de pai” (Albasini, 1925, p. 33), reforça, novamente, segundo o narrador, a construção de um ideal de masculinidade que, tal como no patriarcado, corrobora a posição frágil da mulher que precisa do cuidado masculino para se sentir completa e segura, colocando-a num estado de dependência da figura de um homem. “Essa fraqueza feminina seria ao mesmo tempo

a comprovação da necessidade do casamento para o sexo feminino, devido à proteção que a relação com um homem pode lhe oferecer” (Nunes, 2000, p. 76).

Entretanto, ao passo que o narrador se reconhece enquanto um homem prodigioso e honrado, também se reconhece num passado infame, conforme pode-se comprovar a partir do seguinte trecho: “(...) confesso que em mim sempre residiu, apesar da fama horrível de desmoralizado e malandro, um fundo de castidade e de respeito por toda a gente. Nunca manchei ninguém que fosse susceptível de mancha, nunca seduzi ninguém” (Albasini, 1925, p. 27). Ou seja, embora tenha ele vivido um passado “desregrado”, sua moral e sua dignidade não foram atingidas, ora, afinal, ele é um homem, um homem de bem (vide o cargo que ocupa na elite moçambicana, embora na condição de homem assimilado).

Portanto, a construção do imaginário alicerçado pela postura da “mulher má”, assinalada pelo autor, subverte a lógica anteposta ao comportamento da “mulher amável e bondosa”. Logo, esse quadro de histeria, se assim pode ser entendido, expresso pelo olhar dele, manifesta também uma condição de desequilíbrio relegada à mulher que consegue tão somente dizer “não”, ainda que no interdito do silêncio, como Micaela o fez ao escolher não responder todas as suas cartas.

Revoltado com essa postura “maliciosa” e “cruel”, Albasini (1925) afirma: “*as mulheres não valem o tormento que espalham*”⁶ (Albasini, 1925, p. 20). A partir desse enunciado maximizador das mulheridades é que se percebe o enraizamento de um discurso patologizante, sintoma de uma cultura misógina, a qual, mais uma vez, reforça a existência de uma perversidade vinculada à mulher quando essa decide exercer o legítimo domínio sobre seu o próprio corpo e seus desejos, como é o caso de Micaela.

Logo, ao finalizar a presente revisão crítica da obra analisada, evidenciou-se que a discussão a respeito das representações do feminino por meio de *O livro da dor*, de João Albasini, demonstra como os inventários construídos acerca do gênero “mulher”, categoria inventada pelo mundo ocidental, reafirmam um imaginário único e fixo, ligado, por exemplo, à bondade, à sensualidade, à selvageria, entre outros arquétipos sociais cristalizados.

⁶ Mantivemos a grafia exatamente como está no texto original, em itálico.

(...) as mulheres inseridas nesse contexto não possuíam o mesmo acesso que os homens, apesar de estarem na mesma condição de subalternização, ou seja, o processo colonial foi diferenciado por sexo, na medida em que os colonizadores eram machos e usaram a identidade de gênero para determinar a política.” (Oyëwùmí, 2021, p. 186).

Assim, para a racionalidade colonial, patriarcal e tradicionalista, o maniqueísmo está na essência da divisão de gênero, pois ao perceber a coexistência de uma dualidade comportamental na natureza feminina, esse elemento torna-se ferramenta utilizada para narrar e reafirmar uma história única sobre a experiência de ser e estar mulher na sociedade.

Há de se considerar, contudo, que na arte literária, a noção de representações do feminino está sempre em transformação, de modo que tais narrativas, quando rompidas com o lugar comum destinado às mulheridades em nossa cultura, possibilita diferentes formas de identificação para nós, além de nos humanizar e de nos ampliar, fora da lógica hierarquizadora do mundo ocidental, que se reproduz na forma como lemos os corpos e na forma como lemos o mundo (Oyëwùmí, 2021, p. 296).

REFERÊNCIAS

ALBASINI, João. **O livro da dor: cartas de amor**. Moçambique: Tipografia Popular, 1925.

ANDRADE, Mário Pinto. **Origens do nacionalismo africano**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

BRAGA-PINTO, César (Org.). José Albasini. **À procura de saúde: crônicas de um doente**. Maputo: Alcances Editores, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Manuel. **A Aventura Crioula ou Cabo Verde uma síntese cultural e étnica**. 2. ed. Lisboa: Plátano, 1973.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literaturas africanas de língua portuguesa: percursos da memória e outros trânsitos**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

KLOBUCKA, Anna M. **O formato mulher**. Emergência da autoria feminina na poesia portuguesa. Portugal: Angelus Novus, 2010.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

MENDONÇA, Fátima. **Literatura moçambicana**: as dobras da escrita. Maputo: Ndjira, 2010.

Neto, A. Introdução a um colóquio sobre poesia angolana. In: LARANJEIRA, Pires (Org.). (2000). **Negritude Africana de Língua portuguesa**: Textos de apoio. Coimbra, 2000, p. 49-55.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NHAMONA, Elídio Miguel Fernando. **Dialética das formas literárias**: Uma interpretação de *O Livro da Dor, Godido e Outros Contos de Chitlango, Filho de Chefe*. 2016. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n.02, jul/dez., 2008. p. 263-274.

ROCHA, Ilídio. **A imprensa em Moçambique**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2000.

SAMPAIO, A. **Palavras Cínicas**. São Paulo: Bira Câmera Editor, 2012.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Cabo Verde; Ilhas do Atlântico em prosa e verso**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

SCHMIDT, Elizabeth. **Race, Sex, and Domestic Labor**: The Question of African Female Servants, in Southern Rhodesia. In: Hansen, Karen Tranberg (ed.). *African Encounters with Domesticity*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. **Travessia e rotas das literaturas africanas de língua portuguesa (das profecias libertárias às distopias contemporâneas)**. *Léngua & meia*: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana: UEFS, n°1, 2002, p. 91-113.

SOUZA, Larissa Silva Lisboa. **Corpos ultrajados e suas representações em crônicas de**

Ana Paula Tavares. São Carlos: UFSCar, 2015. Dissertação de Mestrado em Estudos de Literatura.

SOUZA, Larissa Silva Lisboa. À procura de Moçambique: José Albasini e o corpus de um tuberculoso. **Revista Mulemba**, [S.L.], v. 11, n. 20, p. 49-61, 6 ago. 2019. Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas - PPGLEV.

SOUZA, Larissa Silva Lisboa. **Utopias no Universo distópico:** A escrita de autoria feminina em Moçambique. 2020. 168f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ZAMPARONI, Valdemir D. **De escravo a cozinheiro:** colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: Edufba; CEAO, 1997.

ZAMPARONI, Valdemir D. **Entre Narros e Mulungos:** colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, Moçambique, c. 1890-c. 1940. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: USP, 1998.